

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carlineide Justina da Silva Almeida

Graduanda do Curso de Letras com Habilitação em Espanhol

Instituto de Educação, Ciências Tecnologias do RN- IFRN

RESUMO: Este trabalho busca desenvolver uma ampla discussão sobre as políticas públicas, tomando por base a relevância das políticas de inclusão para a educação infantil. Diante dessa informação, esse trabalho está pautado em identificar: 1) Que políticas educacionais a Secretária Municipal de Educação de Angicos – RN está adotando para atender na educação infantil as crianças com necessidades especiais? 2) De que maneira tem se dado a construção dessas políticas? 3) Como tem sido a sua implementação no âmbito das creches e pré-escolas? A metodologia desse trabalho será organizada mediante análise documental, entrevista semiestruturada, observação participante e coleta de dados através dos depoimentos dos professores das respectivas instituições de educação infantil do município pesquisado. Assim, somos levados a refletir sobre a importância desse trabalho, já que essa atividade é complexa e requer interpretação exotópica por parte do pesquisador, os dados não serão aqui apresentados porque a pesquisa se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Política Pública, Inclusão.

1 - JUSTIFICATIVA

As políticas públicas são alvo de uma ampla discussão, o conceito que lhe é atribuído passa por diversas áreas do conhecimento, isso porque em linhas gerais podemos definir que as políticas públicas são geradas para atender as necessidades que hora se desenvolve em nossa sociedade. “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 05).

Fortemente ligadas ao Estado, às políticas públicas são compreendidas em duas dimensões, através do administrativo técnico e do aspecto político. Essas duas dimensões têm sido, de acordo com Fernandes (2007), permeadas de indagações, pois a política que estamos a tratar, neste trabalho, não é a política partidária, mas sim uma política social que visa uma sociedade mais igualitária sem exclusão. A mudança que as políticas públicas podem suscitar em uma sociedade depende da forma como são elaboradas e aplicadas, daí a necessidade de conduzir bem as soluções ofertadas a cada

problema. Do contrario, o Estado estará sendo cúmplice de um capitalismo explorador e as políticas serão mais uma mão de obra fútil que passa a coagir com uma sociedade menos crítica e mais alienada.

As políticas públicas são elaboradas a partir de problemas que surgem na sociedade. Quem faz o processo de elaboração e implementação são os nossos representantes na escala local, estadual ou federal, pois eles são os responsáveis pela intermediação dos interesses públicos. Assim, de acordo com Lopes; Amaral; Caldas (2008), para essas políticas se tornarem vigentes, as pessoas formam grupos, organizações e outros mais para reivindicarem os seus direitos, muitas são as necessidades e as reivindicações dos grupos que acabam por se tornarem oposições para a aprovação de alguma política.

Tomando por base a relevância das políticas de inclusão, (CARVALHO 2000, p. 95) afirma: “A Educação Infantil como primeira etapa da educação básica também para as crianças com deficiência, é uma etapa decisiva e essencial, principalmente porque, quanto mais precoce o atendimento educacional especializado, maior o desenvolvimento global da criança”. Isto se justifica ainda, segundo autora, porque a política de inclusão na educação assume um compromisso com a sociedade e este deve está pautado na qualidade de vida que essas crianças com necessidades poderão superar na sua vida profissional e pessoal.

Desse modo, a política de inclusão pode ser considerada como uma política pública, porque visa atender as necessidades de uma sociedade mesclada com as diferenças físicas, intelectuais e sociais, buscando integralizar e disponibilizar acesso aos direitos e a cidadania de um povo marcado pela exclusão desde o Brasil colônia quando mulheres, negros e analfabetos não dispunha de igualdade. A verdade é que as políticas em nosso país avançaram bastante, e o conceito de inclusão se tornou, de acordo com Oliveira (2003), mais abrangente, pois tratam de todos excluídos, negros, mulheres, analfabetos e outros.

Visando uma sociedade mais igualitária é que a educação, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 05), segue pleiteando objetivos de conscientização em meio à população, e um exemplo disso é a política de inclusão que coordena esforços de equidade desde a EI até os níveis superiores de ensino. No caso da EI, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), já envolve temáticas pertinentes a organização de instituições inclusivas. Neste sentido, faz-se necessária uma discussão das iniciativas de inclusão como política educacional para as pessoas

com necessidades especiais, destacando com exclusividade as crianças da EI.

A inclusão tem sido por muito tempo alvo de pesquisa de alguns estudiosos, o interesse pela inclusão de crianças com necessidade especiais é uma constante em nossa realidade, porque a educação escolar ainda não dispõe, de acordo com Oliveira (2003, p. 21), de material humano, arquitetônico e pedagógico suficiente para atender as perspectivas daquelas crianças. A política de inclusão busca pensar as pessoas com necessidades especiais na dimensão cidadã, alguém que é detentor de seus direitos sociais englobando a participação política e o acesso aos bens culturais presentes em nossa sociedade. Porém, o sistema educacional brasileiro precisa continuar avançando, pois a política de inclusão é uma lei que remete todo país a se conscientizar, inclusive os municípios, uma vez que a EI é de plena responsabilidade da gestão municipal.

Por isso, o interesse do nosso trabalho se fundamenta na discussão das políticas públicas, destacando as políticas inclusivas na EI. As perguntas que envolvem a nossa temática se baseiam na política de inclusão da EI do município de Angicos - RN, tentando responder as seguintes questões: 1) Que políticas educacionais a Secretária Municipal de Educação de Angicos – RN está adotando para atender na educação infantil as crianças com deficiência visual? 2) De que maneira tem se dado a construção dessas políticas? 3) Como tem sido a sua implementação no âmbito das creches e pré-escolas?

Com base nessas questões, o trabalho será desenvolvido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação da referida cidade, bem como nas imediações da Instituição, creche e pré-escola existente neste município. Assim, o nosso objetivo será discutir as políticas da Secretária Municipal de Educação de Angicos – RN para o atendimento na educação infantil das crianças com deficiência visual, com base na construção e na implementação dessas políticas.

O empreendimento dessa proposta se justifica, portanto, pelo fato de que:

Pensar em políticas públicas é pensar inicialmente na participação micro do cidadão, pois resolvendo os pequenos problemas de sua rua ele poderá reivindicar mudanças macro, porque vai ter consciência de sua participação nas atividades públicas enfatizando o bem do coletivo (CRUZ, 2009).

Isso nos leva a pensar que o processo que a globalização está nos propondo é segundo Franco (2003), uma globalização inédita: está criando algo que nunca existiu antes. Ela está em construção, mas está sobretudo quebrando no Estado os velhos laços de onipotência e poder, porque oferece à sociedade novas possibilidades de construção

do conhecimento, e este, porém é um dos objetivos das políticas públicas: preparar as crianças com necessidade especiais para respirarem pelos seus próprios esforços, fora dos grandes balões da incubadeira-estado, como afirma Franco (2003), mostrando suas capacidades, habilidades e competências.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS

Destacam-se nas leituras empreendidas, neste trabalho, os textos do pesquisador Vicente Vagner Cruz (2009) acerca do conceito de políticas públicas bem como Verza (2000) que faz uma discussão diferente sobre as políticas, pois os rumos que a sociedade pós-moderna está tomando é inevitável. A globalização é um fenômeno que está predominado em todo mundo é um caminho que não tem volta, no entanto a forma que se manifesta é excludente e gera vários tipos de violência e hoje o maior desafio da globalização é criar uma política de solidariedade humana geral. Neste sentido, os presentes textos nos permitiram entender que as políticas públicas são denominadas como um conjunto de ações pensadas a partir das necessidades da sociedade, reivindicada por uma organização nomeada de sociedade organizada civil, que junto às esferas do poder legislativo, executivo e judiciário determina a concretização dessas políticas para o bem coletivo da população.

Compreendemos ainda que as políticas públicas precisam e devem estar de comum acordo com os interesses do povo, caso contrario, as políticas continuam sendo mais um elemento global do capitalismo exacerbado que rotula quem não se adéqua às novas tendências tecnológicas. “A globalização não é um fenômeno exclusivamente econômico, ela não é uma velha ordem, mas um processo de desconstituição da velha ordem”. (FRANCO, 2003)

O formulador das políticas públicas prioriza o grupo que apresenta reclamações mais consistentes para contemplar as expectativas integral ou parcial de uma sociedade, mas não basta apenas isso, é necessário ter o incentivo das autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário. As políticas são deliberadas no âmbito legislativo, mas somente o poder executivo é quem as coloca em prática, quando isso acontece conclui-se que as autoridades estão de acordo com os interesses públicos. As políticas públicas, como toda atividade desenvolvida mediante o governo, têm seus estudos

pautados, de acordo com Lopes; Amaral; Caldas (2008, pag. 10), no que podemos denominar de fases.

Essas fases têm início com a prioridade dos problemas, em seguida, é formulado uma espécie de alternativas com tomadas de decisões e, por fim, as ações de tal política são posta em prática. As avaliações são elementos fundamentais e podem ser feitas mediante todas as fases, visando enfatizar a positividade e/ou negatividade dos atos. As avaliações servem, ainda de acordo com os autores Lopes; Amaral; Caldas (2008), como base para a elaboração de outras políticas, pois com ela se define novas justificativas e informações do que está ocorrendo ou poderá vir a acontecer.

No Brasil, as políticas públicas já compartilharam de uma desestruturação e de um descrédito, desde a época em que pertencíamos a Portugal até o período da segunda republica. De acordo com Meksenas (2002 p.108-109), os interesses públicos eram de preocupação da igreja católica que oferecia a sociedade gestos solidários. Essa informação, de acordo com Fernandes (2007), afirma a falta da cultura de participação política, pois as pessoas, em especial as autoridades políticas desconhecem a opinião reflexiva para a melhoria nos direitos sociais e, na maioria das vezes, as políticas são entendidas como um favor e não como um direito que assiste os sujeitos.

Contudo, as ideias de políticas públicas com fins meramente sociais passam a ser entendidas na era Vargas, quando este se preocupa em buscar soluções para alguns problemas de ordem publica social, como o caso dos direitos trabalhistas. Nos dias atuais, esse entendimento de políticas vem, de acordo com Lopes; Amaral; Caldas (2008), assumindo outra dimensão. Existe toda uma preocupação na formação das novas políticas, e estas além de passar pelas fases de análise e execução são avaliadas pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão e são disponibilizados em páginas na internet para prestar contas a sociedade sobre o que fora investido. Afinal, as políticas dependem do dinheiro publico, a sociedade é a maior investidora desses recursos.

2.2 – AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

A educação é considerada uma política publica, ela em conjunto com a política social se situa em um interesse particular do estado, ambas podem receber interferências que visam o bem estar social. A política educacional deve ser pensada, de acordo com

Lopes; Amaral; Caldas (2008), a partir de uma esfera de participação, planejamento e tomada de decisões dos atores internos e externos da sociedade. Desse modo, é preciso compartilhar ideias com educadores, alunos, pais, autoridades políticas e profissionais da educação, ou seja, a sociedade civil organizada, afim de que se construa uma sociedade mais comprometida.

Embora a educação formal e a qualificação atendam nas instituições o conceito de formar cidadãos, é a competitividade que hora assume as dimensões de um mercado voltado para o capitalismo, é a globalização que está alterando os preceitos culturais dos indivíduos, que está influenciando as políticas educacionais, porque a sociedade nos obriga a viver com esse condicionamento de informatização, de seres alienados. Vejamos o que diz Frigotto (2002, p. 15) acerca da educação:

Hoje a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, Reestruturação produtiva e da 'empregabilidade', [pois] já não há políticas de emprego e Renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir Competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se Tornarem competitivos e empregáveis. Os desempregados devem buscar 'requalificação' e 'reconversão profissional' para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no Mercado informal ou na economia de sobrevivência (FRIGOTTO, 2002, p. 15).

A reflexão feita nesse contexto nos leva, de acordo com Anthony Giddens (1999), a interpretar a que a globalização é um fenômeno que se insere não somente na economia, mas, sobretudo na cultura, porque constrói novos paradigmas que permite ao ser humano uma evolução, nos aspectos moral, intelectual e social.

No campo educacional, a globalização tem se revelado bastante significativa, pois dispõe de vários elementos importantes e essências na aprendizagem dos educandos, inclusive quando esses alunos apresentam necessidades especiais, como é caso de crianças na EI. Essas crianças devem ser entendidas em todas as suas dimensões, cognitivas, emocionais e intelectuais.

O capitalismo faz parte da globalização, mas ele é uma integração antiga nesse processo, o fato é, se essas crianças com necessidades especiais não forem inseridas nesse fenômeno global, elas continuarão sendo excluídas da sua ação de desenvolvimento, pessoal e profissional. É preciso pensar nesta dimensão porque, segundo Gentili (2001) o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva.

Essa lógica destrutiva da qual o autor está a falar nos permite um entendimento

amplo, porque as técnicas usadas para a inserção da globalização estão sempre favoráveis a um poder elitista que se sobrepõe ao estado fazendo-o coagir com a competitividade. Assim, os textos lidos, nos levam ainda a refletir que para uma mudança politicamente favorável as causas do interesse do povo é necessário se pensar em globalização como uma alternativa micro que começa a reivindicar ações dentro de uma comunidade, para, em seguida, alcançar o ápice do macro, da comunidade para o mundo, para a sociedade. E isso é o que podemos chamar de glocalização, que imbrica no processo de globalização local, buscando alternativas de inserção no mundo. Franco (2003) conceitua glocalização como uma localização do mundo e uma mundialização do local.

Em outros termos, as condições que queremos explicitar neste trabalho dimensionam uma alternativa de novas políticas públicas, políticas que passem a ser instituídas de forma inclusiva que ofereça as crianças com necessidades especiais alternativas culturais, que precisam ser vistas a partir do município através das Secretarias Municipais de Educação. Estas devem se conscientizar dos direitos dessas crianças, pois a fortaleza do desenvolvimento destes sujeitos está, de acordo com Franco (2003), colocada no metabolismo micro das sociedades que expande o fenômeno para uma escala global, o macro, em ação-reflexão-ação é a política da nova contemporaneidade.

Disponibilizar recursos humanos e pedagógicos para preparar esses sujeitos se constitui um dever, pois, é importante formá-los para o mundo, uma vez que o artigo 205 da Constituição Federal afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por isso, é dever de todos, escola, sociedade e o estado promover a acessibilidade a essas crianças com necessidades especiais, visando um conhecimento mais eficiente, pois ainda se pensa a inclusão como uma independência ainda necessária.

A competitividade gera exclusão mesmo quando se quer incluir, porque ainda não existem políticas que ceifem esta rivalidade. “Cada vitória legislativa é insuficiente para desfazer a contradição existente numa organização social que coloca a competitividade e a garantia de lucro para alguns como meta prioritária”. (JANUZZI, 1997, p. 185).

As políticas tentam criar mecanismo de igualdades nas ações

desenvolvidas no interior da sociedade, porém acabam se tornando fracas quando esta direção migra para os interesses do capital. Mas a luta continua, os interesses das autoridades devem seguir os rumos do interesse da população, e a sociedade clama por igualdade, por respeito. A inclusão é o caminho, por isso tanto investimento, é necessário sensibilização, as leis precisam serem cumpridas, para a dignidade do povo ser constituída e reconhecida perante os valores éticos sociais.

Nesta perspectiva, é dever de todo município que compõe a federação, instituir política públicas que garantam ao seu povo melhores condições de vida. No entanto, para um município ser capaz de criar e gerenciar políticas públicas se faz necessário, além dos recursos financeiros, planejamento a médio e longo prazo, esse planejamento deve ser feito pelos atores políticos com a ajuda da sociedade civil organizada, uma vez que, de acordo com o entendimento de Lopes; Amaral; Caldas (2008), ouvir a opinião destes passa a ser uma necessidade, devido ao entendimento de compreender o que aflige a população.

Levando em consideração que a esfera municipal é, portanto a esfera mais próxima da população torna-se mais fácil para o poder administrativo à aceitabilidade dos sujeitos acerca de algumas ações governamentais. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, define algumas competências importantes que devem ser adotados por todos os estados e/ou municípios que pertence a união, o artigo 23 deflagra esses deveres na sociedade brasileira. Veja a seguir algumas disposições do artigo 23:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

V - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à Ciência;

Estes são alguns condicionamentos que o artigo 23 da Constituição Federal atribui aos estados e municípios. Uma atribuição importante nesse artigo é a inclusão de pessoas com necessidades especiais, é obrigação não apenas do estado, mas de todo município instituir políticas públicas que ofereça condições de acessibilidade principalmente a educação, uma vez que esse direito passa a ser assegurado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação 9.394/96, que orienta a educação em todo país. Assim, uma das preocupações deste trabalho implica na política de inclusão, que deve atender as crianças de creche e pré-escola, pois o acesso a educação, deve acontecer a partir da

Educação Infantil (EI) que deve integrar-se à Educação Básica e constituir-se em sua primeira etapa, sendo oferecida em instituições credenciadas para essa finalidade. O atendimento à criança deve obedecer, portanto, à seguinte divisão: creches para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos.

No Brasil a inclusão é decretada por lei nos documentos que proclamam uma Educação para Todos. Mas o marco orientador da inclusão é anunciado na Declaração de Salamanca (1994, p. 4) que faz a seguinte afirmação:

Que (as) escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou Outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados e marginalizados.

Essa forte afirmação presente na Declaração de Salamanca prioriza as situações de inclusão independente do grau de necessidade de cada pessoa. Desse modo, é preciso pensar no ser humano como ser inacabado que se confronta com a necessidade de aprender, por isso devemos pensar a criança em sua na individualidade, sociabilidade, historicidade e cultura, sem preconceito, porque o maior objetivo da inclusão é proporcionar a essas crianças a elevação moral e intelectual, para que sua inserção na sociedade seja em todos os aspectos sociais, políticos e econômicos.

Uma grande aliada na busca pela inclusão deve ser a família, porque é considerada a base de toda a educação, é a partir dela que as crianças devem ser incentivadas e incluídas na sociedade para conquistar espaço e respeito, direitos e igualdade. “As Deficiências eram entendidas como uma representação social que ao longo de sua constituição histórica, foi assumindo a forma de anormalidade, doença ou desvio” (OLIVEIRA 2003), as famílias escondiam seus filhos com necessidades especiais, eles eram negados a cidadania e a sociedade, a exclusão acontecia dentro dos próprios lares.

Hoje a contemporaneidade dos fatos revela o despreparo que essas famílias tinham ao agir de forma errônea sobre a necessidade dos filhos. A cidadania é um direito de todos e a responsabilidade da aprendizagem dessas crianças perpassa todas as barreiras da exclusão, haja vista os estudos empreendidos acerca de novos conhecimentos para o avanço e o sucesso dessas crianças num futuro que já está adentrando em nosso universo. As políticas de inclusão no Brasil ainda não estão sendo

uma construção de conhecimentos integrados que possa garantir a essas pessoas, principalmente as crianças especiais, a admissão real do cidadão com necessidades, no âmbito do contexto cultural, educacional, econômico, social e político. Esta será nossa luta!

3 – METODOLOGIA

Pelas proposições de Paro (1986, p. 14), “a administração não pode ser vista como conjunto de princípios, métodos e técnicas; nem se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender a necessidades e interesses de pessoas e grupos”. Da mesma forma, a educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes em uma determinada situação histórica. Por isso, para alcançarmos inicialmente os objetivos propostos neste trabalho, será necessário inicialmente começar identificando as Políticas Públicas de Inclusão para EI, presentes no município de Angicos – RN que estão sendo ofertadas a essa etapa da educação básica. Em seguida será feito uma análise de como essas políticas foram construídas, e por fim discutiremos como estas políticas estão sendo implementadas nos âmbitos das creches e pré-escolas.

Para descrever as políticas que a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Angicos – RN está adotando para atender essas crianças com necessidades especiais na EI faremos uma análise documental, dos achados no ambiente da SME. Após essa análise será feito uma entrevista semi-estruturada com os atores que participaram da construção e implementação dessas políticas. Além disso, podemos ainda fazer uma visita a instituição com observação participante para ver como estas políticas estão funcionando. Podemos colher os depoimentos dos professores e pais das crianças com necessidades especiais em relação à inserção destas políticas de inclusão.

O cuidado nestes ambientes, SME e Instituição da EI, devem ser destacadas com grande importância, uma vez que a presença do pesquisador poderá causar um choque-inicial aos presentes neste entorno. Outra preocupação ainda maior é a “transposição” da enunciação produzida durante a construção dos dados para a enunciação do relatório deste trabalho, já que essa atividade é complexa e requer interpretação exotópica por parte do pesquisador, ou seja, um distanciamento mínimo em relação ao discurso dos sujeitos pesquisados (AMORIM, 2001; 2003).

4 - REFERÊNCIAS

AMORIM, 2001; 2003 AMORIM, MARÍLIA. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, GENTILI, Pablo (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo, SP: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2001.

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a Educação Especial**. 2a ed. Rio de Janeiro/RJ: Ed. WVA, 2000a.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988: **Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988**. Brasília; Ed. Atual. 1988. Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

CRUZ, Vicente Vagner. **Um Oratório Salesiano como Proposta de Políticas Públicas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais UFPA 2009.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília/DF: CORDE, 1994.

DE FRANCO, Augusto. **A revolução do local: globalização, globalização, localização**. São Paulo: Cultura/AED, 2003.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: _____. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação.

GIDDENS, Anthony (1999). **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo/SP: Cortez, 1985.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Dez, 1996.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff.
Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação.** São Paulo ed. Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Cristina Borges. **Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1978/1999 /** Cristina Borges de Oliveira. Campinas, SP: [156 p.], 2003.

PARO, Victo Henrique **Administração escolar: introdução crítica.** 1. ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986.

Referencial curricular nacional para a educação infantil: **estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.** /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.22 p.1. Educação Infantil 2.Referenciais curriculares 3. Portadores de necessidades educacionais especiais.I. Título.

VERZA, Severino Batista. **As Políticas Públicas de Educação no Município.** Ijuí ed. UNIJUÍ, 2000.